A EDUCAÇÃO ENTRE TRABALHADORES E SUAS FAMÍLIAS, RESIDENTES EM FAZENDAS DE GADO NA REGIÃO DO PANTANAL, EM MATO GROSSO DO SUL: ALGUMAS INTERROGAÇÕES E DESAFIOS

Silvia Helena Andrade de Brito
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Brasil
silvia.brito@ufms.br

No Brasil, até o presente momento, permanece como um desafio a escolarização para as populações residentes no campo. Justifica-se, assim, a importância desta comunicação, cujo objeto é a situação educacional de trabalhadores e respectivas famílias, residentes em fazendas de gado do Pantanal sul-mato-grossense, problematizada a partir de sua relação com o mundo do trabalho. Para tal, foram entrevistados trabalhadores de 7 propriedades pantaneiras. Além de mostrar a situação educacional no Pantanal, agravada pelas dificuldades próprias ao contexto da educação no campo, problematiza-se também a importância da educação no debate sobre os indicadores utilizados para a obtenção de certificados internacionais de sustentabilidade no setor pecuário, preocupação presente na região estudada.

Palavras-chave: Educação e sustentabilidade social; Pantanal – educação; Educação do campo

1 Introdução

Considerando-se em especial o período recente, a educação voltada para as populações residentes no campo vem sendo especialmente destacada desde o início da década de 1990. É importante relembrar igualmente que, em 1993, havia no Brasil 17,5 milhões de analfabetos, além de outros 18,8 milhões de subescolarizados, que não completaram quatro anos de escolarização (ARELARO & KRUPPA, 2002). Considerando-se, a título de exemplo, apenas a população de 15 anos ou mais, segundo o censo demográfico de 1991 (BRASIL, 2005), a taxa de analfabetismo chegava a 29,8%, no campo, contra 10,3% entre o mesmo contingente populacional, residente nos centros urbanos do país.

Apesar das iniciativas de governos nos âmbitos federal, estadual e municipal, além da atuação de organizações da sociedade civil (de sindicatos, de instituições de ensino e pesquisa, de organizações não-governamentais, entre outros), essa problemática persistiu na década seguinte. Corroboram tal afirmativa os dados

apresentados no documento preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (Confitea), realizada no Brasil, em 2009, onde se afirma que "(...) a dimensão deste desafio é dada por *67 milhões de pessoas* com 15 anos ou mais de idade que não concluíram o Ensino Fundamental, das quais *15 milhões* não completaram quatro anos de estudo e *14 milhões* sequer sabem ler, escrever ou contar" (BRASIL, 2009, p. 5. Os grifos são nossos.). Tendo em vista a situação de domicílio da referida população, são mantidas as diferenças entre campo e cidade, em que pese ter caído a taxa de analfabetismo no país: "Em 2006, a taxa de analfabetismo da população com15 anos ou mais da zona rural era de 24% (em 1996, era de 31%), e de 8% na zona urbana (em 1996 era de 10,8%)" (BRASIL, 2009, p. 15).

Os dados[1] que serão apresentados e comentados no presente artigo confirmam esse panorama. Tendo como objeto a educação de trabalhadores e suas famílias, residentes em fazendas de gado numa região específica do estado de Mato Grosso do Sul, o Pantanal, o objetivo geral deste trabalho é retratar o perfil da situação educacional na planície pantaneira, que será aqui problematizada a partir de sua relação com o mundo do trabalho ali existente, entendido este último como o elemento fundamental para a constituição do homem e para a construção da sociedade. Como objetivo específico pretende-se, a partir do perfil acima referido, levantar algumas considerações acerca dos principais desafios postos para que se efetive, nesta região do país, o direito de acesso à educação, tanto para crianças, como para jovens e adultos.

As informações apresentadas na presente comunicação envolvem toda a população residente em sete propriedades — trabalhadores e suas respectivas famílias, quando essas moravam junto aos empregados — relacionadas com o manejo do gado e ou outras atividades produtivas (o turismo, por exemplo), na região pantaneira. O Pantanal é uma imensa planície sedimentar, situada no sul do estado de Mato Grosso e noroeste do estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, adentrando ainda em territórios da Bolívia e Paraguai. A área total da bacia do Alto Paraguai é de 361.666 km^2 e, no

[1] Os dados ora apresentados são resultados da pesquisa "Avaliação da qualidade de vida da população envolvida na pecuária de corte no Pantanal" (BRITO et. al., 2009), desenvolvida entre os anos de 2005 e 2008, contando com apoio financeiro e logístico da Embrapa Pantanal, por meio do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil (PRODETAB). Na Embrapa, a coordenadora geral do projeto-mãe, denominado "Desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção de pecuária de corte no Pantanal: orgânicos e convencionais", foi a Dra. Sandra Aparecida Santos. Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul a equipe contou com a participação de cinco pesquisadores e uma bolsista de Iniciação Científica, além de um pesquisador da Universidade Federal da Grande Dourados.

Brasil, o Pantanal totaliza 138.183 km^2, ou seja, 38,21% da área da bacia. Dezesseis municípios brasileiros têm partes de sua área localizada na planície pantaneira (SILVA E ABDON, 1998).

Em consequência das diversidades climáticas, de solo e de espécies animais e vegetais, é reconhecida hoje a existência de onze sub-regiões no Pantanal, a saber: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho (SILVA E ABDON, 1998). Das sete propriedades aqui referidas, seis estão localizadas no Pantanal da Nhecolândia (municípios de Aquidauana, Corumbá e Rio Verde, estado de Mato Grosso do Sul); e uma está localizada no Pantanal de Paiaguás (município de Corumbá, estado de Mato Grosso do Sul).

A coleta de dados primários, quantitativos e qualitativos, sobre a população residente nas fazendas de gado aqui consideradas, foi realizada por meio de 71 questionários, entre os anos de 2005 a 2008 (54 nas fazendas da sub-região do Pantanal da Nhecolândia e 17 na sub-região do Pantanal de Paiaguás). Uma vez que o universo da pesquisa incluía toda a população residente nas propriedades, o critério utilizado em campo foi de abranger o conjunto dos envolvidos nas atividades produtivas realizadas nas fazendas e, caso morassem com seus familiares, também levantar as condições de vida dos outros membros da família.

Além dos questionários, também foram realizadas entrevistas na modalidade histórias de vida, a partir do emprego da metodologia da história oral, quando foi possível registrar cinco narrativas de vida sobre a trajetória biográfica e as relações de trabalho em fazendas de gado das duas regiões abrangidas pelo trabalho ora apresentado (duas na Nhecolândia e uma em Paiaguás)[2].

2 Perfil da população pesquisada

Historicamente, a ocupação humana recente da planície pantaneira, aquela que será determinante para a expansão da atividade pecuária na região, deu-se há cerca de duzentos anos, ou seja, entre os primórdios e a segunda metade do século XIX

[2] Além delas, outras sete histórias de vida temáticas completam as informações sobre o Pantanal de Paiaguás, a título de ilustração, tendo sido coletadas durante o ano de 2008, aproveitando a estadia, em Corumbá, de trabalhadores chegados daquela sub-região da planície pantaneira.

(PROENÇA, 1992), principalmente após o final da Guerra que envolveu Argentina, Brasil e Uruguai – a Tríplice Aliança – contra o Paraguai.

No final do século XIX a pecuária extensiva tornou-se a atividade econômica mais importante da região pantaneira, embora a precariedades de recursos como força de trabalho e capitais, somados ao problemático aspecto dos transportes, desde seu início não colocaram essa atividade em condições de equivalência e concorrência com outras regiões de produção bovina como o Nordeste, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. O crescimento e a expansão da pecuária em toda a planície pantaneira e na sua fronteira com o Paraguai e Bolívia, produzindo gado magro para invernadas de São Paulo e Minas Gerais, além do consumo local, acabaram por caracterizar a região como exportadora periférica no mercado nacional, pelo menos até o início do século XX (CORRÊA, 1999), mesmo após a abertura da estrada de ferro Noroeste do Brasil, que ligou o Estado de Mato Grosso ao sudeste brasileiro.

Com a abertura de estradas e de frigoríficos construídos no eixo Rio-São Paulo, a partir de meados da primeira metade do século XX, a pecuária mato-grossense também conquistou um espaço importante com relação à exportação regional. Isso facilitou a saída de boiadas e a compra dos rebanhos do Mato Grosso, atingindo inicialmente as fazendas situadas nos Campos da Vacaria, mais próximas das regiões de abate e, posteriormente, o Pantanal (LEITE, 2003).

Sobretudo a partir das duas últimas décadas do século XX, mudanças históricas e econômicas, com a incorporação de inovações científicas e tecnológicas no manejo do rebanho, com a intensificação da ocupação dos centros urbanos avançando para o campo, com a valorização da carne no mercado mundial, transformaram o espaço rural e as profissões junto à pecuária no Pantanal. Essas transformações implicaram também na introdução de diferentes relações sociais, econômicas e comerciais, que passaram a interferir nos hábitos e nas peculiaridades locais.

O último desses fenômenos, a modernização das formas de produção (cria, recria e engorda) ganhou maior relevância no Pantanal a partir dos anos 1990 e está ligada às expectativas de um mercado consumidor mais exigente, associadas à importância que o agronegócio adquiriu na economia brasileira, principalmente no comércio com outros países. No âmbito das fazendas, a modernização da pecuária introduziu técnicas de trabalho que modificaram o cotidiano do trabalhador – e da vida na fazenda –

proporcionando a convivência entre hábitos tradicionais e novos, colocando lado a lado as relações de trabalho e a vivência de trabalhadores mais jovens e antigos peões.

Frente a esse quadro e a partir dos 71 questionários respondidos pelos residentes nas fazendas envolvidas na pesquisa, foi possível traçar um perfil do trabalhador em fazendas de gado de corte do Pantanal. Nesse momento, tais informações serão analisadas a partir dos dados que apresentam as informações para cada uma das sub-regiões — Nhecolândia e Paiaguás.

Considerando as variáveis sexo, idade e estado civil, tem-se o seguinte perfil:

a) na sub-região da *Nhecolândia*, grande parte dos trabalhadores é do sexo masculino (68,5% contra 31,5% de trabalhadoras), muito embora 52,9% do total de trabalhadores sejam casados. Quando ao perfil etário, 60,8% dos trabalhadores têm entre 25 a 49 anos, seguindo-se daqueles com 50 anos ou mais (15,7%). Somadas, as duas faixas etárias abrangem 76,5% do total de trabalhadores da sub-região. Encontra-se em uma das fazendas da Nhecolândia a grande maioria dos trabalhadores menores de 18 anos abordados pela pesquisa, na condição de aprendizes, dedicando-se tempo parcial ao trabalho — quatro horas — e tempo parcial à escolarização — outras quatro horas.

b) no caso da região de *Paiaguás*, uma percentagem ainda maior de seus trabalhadores é do sexo masculino (88,9% contra 11,1% de trabalhadoras) e, diferentemente da Nhecolândia, aqui predominam os homens solteiros (52,9% do total dos questionários foram respondidos por homens solteiros, em relação aos 35,3% de casados, sendo que nesse último grupo se inclui a totalidade das mulheres entrevistadas). Condizente com as características descritas acima, e considerando o caráter diferenciado da propriedade ali pesquisada, no aspecto gerencial[3], o perfil etário de seus trabalhadores também é distinto, visto que 41,2% deles possuem entre 18 a 24 anos, enquanto 52,9% têm entre 25 a 49 anos, enquanto aqueles com 50 anos ou mais somam apenas 5,9%. Ou seja, se tratam de trabalhadores mais jovens e que permanecem menos tempo na propriedade, uma vez que 40,0% estavam atuando na fazenda entre menos de um mês a dois anos.

[3] Essa diferença relaciona-se à existência de dois perfis de proprietários em relação às fazendas pesquisadas. Há fazendas no Pantanal da Nhecolândia pertencentes a famílias de fazendeiros considerados "tradicionais", com uma cadeia dominial que se mantém dentro de uma mesma família ou com um só proprietário reconhecido há gerações, algumas remontando ao final do século XIX e início do século XX. Outras, como é caso da fazenda considerada no Pantanal de Paiaguás, pertencem atualmente a um grupo empresarial que, como outros congêneres, são conglomerados com várias atividades dentro do agronegócio, cuja relação com o Pantanal é mais recente, visto que sua presença se intensificou sobretudo a partir dos anos 1980.

Somadas, as duas faixas etárias abrangem 76,5% do total de trabalhadores da sub-região.

Isso demonstra, em verdade, a presença predominante de trabalhadores avulsos, ou seja, que residem nas fazendas sem suas famílias, tendência predominante hoje em todas as propriedades investigadas nas duas sub-regiões[4].

Além disso, quando essas variáveis são combinadas com o tempo de atuação do trabalhador, constata-se que o estoque de força de trabalho vem sofrendo pouca renovação, e sua mobilidade é predominantemente intra-regional:

a) na Nhecolândia, 73,9% deles atuam há mais de cinco anos na profissão (19,6% entre mais de 5 a dez anos, e 54,3% há mais de 10 anos).

Considerando ainda a mobilidade desses trabalhadores, constata-se que 51,5% residem nas respectivas propriedades entre mais de 2 a mais de 10 anos. Visto que 58,4% deles são naturais de centros urbanos localizados na planície pantaneira, parece não haver grande mobilidade desses trabalhadores para fora de suas regiões de origem, embora circulem entre as fazendas do Pantanal. O tempo elevado de atuação no Pantanal, contudo, não garante vínculos trabalhistas estáveis para todo esse contingente de trabalhadores, uma vez que 32,6% deles são trabalhadores sem registro — uma grande parte com contratos de trabalho temporário verbal — enquanto 67,4% estão formalmente vinculados pelo registro de suas carteiras de trabalho.

b) em relação ao tempo de atuação do trabalhador, percebe-se que também no Paiaguás uma parte da força de trabalho vem sofrendo pouca renovação, visto que 46,7% deles atuam há mais de cinco anos na profissão (6,7% entre mais de cinco a dez anos, e 40,0% há mais de 10 anos). Esses trabalhadores, em sua maioria, formam o contingente (40,0% do total de entrevistados) que reside na propriedade entre mais de 2 a 10 anos ou mais.

Outra parcela dos trabalhadores (50,0%) está na fazenda entre um mês e dois anos, sendo importante destacar que 40,0% chegaram entre 31 dias a um ano. Esse segundo grupo é formado preferencialmente pelos trabalhadores mais jovens e solteiros, propensos a maior mobilidade funcional, principalmente entre as próprias fazendas do Pantanal. Além disso, num contexto empresarial, apareceu no Paiaguás a figura jurídica

[4] Na sub-região da Nhecolândia, aquela com maior presença de famílias residentes nas fazendas, 17,0% dos questionários englobaram essa modalidade de moradores. No Paiaguás, apenas 5,8% dos questionários respondidos abrangiam trabalhadores residindo na fazenda com suas respectivas famílias.

do trabalhador terceirizado, bem como aqueles sem registro formal (37,5% dos entrevistados, contra 62,5% de trabalhadores contratados diretamente pela fazenda).

Apesar dessas particularidades, em todos os casos e nas duas sub-regiões, houve o ingresso precoce dos trabalhadores no mercado de trabalho, o que se deu, segundo depoimentos coletados junto aos questionários, entre a idade de 5 a 15 anos, para a grande maioria (ENTREVISTAS A-X, 2005; ENTREVISTAS A-V, 2006).

Em relação às rendas individual e familiar, constata-se que:

a) na Nhecolândia, estão concentradas nas faixas que vão de meio a três salários mínimos rurais[5] (respectivamente, 57,2% e 39,6% entre meio até um salário mínimo rural; 20,4% e 37,2% entre mais de um a dois salários mínimos e 14,3% e 16,3% na classe de renda que abrangia aqueles que percebiam mais de dois a três salários mínimos), sendo a renda familiar ligeiramente superior dada a participação de vários membros da família em seu cômputo.

b) Em Paiaguás, as rendas individual e familiar estão concentradas nas faixas que vão de um a dois salários mínimos rurais (respectivamente, 40,0% e 15,5% entre meio até um salário mínimo rural e 33,4% e 46,1% entre mais de um a dois salários mínimos). Percebe-se que a renda familiar é ligeiramente superior dada a participação de vários membros da família em seu cômputo. Nas outras duas classes de renda encontram-se 26,6% dos trabalhadores (13,3% recebendo mais de dois a três salários mínimos e 13,3% recebendo de três a cinco salários mínimos) e 38,5% das famílias (23,1% percebendo mais de dois a três salários mínimos e 15,4% percebendo mais de três a cinco salários mínimos). Não foram encontrados trabalhadores que não percebam pelo menos o salário mínimo rural.

Concluindo esse perfil, pode-se afirmar que em todas as sub-regiões a multifuncionalidade marca o trabalho desses diferentes profissionais, tanto os que estão envolvidos com o trato do rebanho, como os que cuidam da infraestrutura das fazendas ou da atividade turística. Isso explica o prolongamento da jornada de trabalho nas diferentes propriedades, que se estende, em média, por dez horas diárias (56,3% dos

[5] O salário mínimo rural, estabelecido em convenção coletiva de trabalho acordada entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI/MS) e a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) era de R$ 385,00 em 2006 (validade de 1° de julho de 2006 a 30 de junho de 2007), R$ 404,00 em 2007 (válido de 1° de julho de 2007 a 30 de junho de 2008) e R$ 464,80 em 2008 (validade entre 1° de julho de 2008 a 30 de junho de 2009) (FETAGRI, 2009).

trabalhadores na Nhecolândia; 62,5% dos trabalhadores em Paiaguás e 76,5% dos trabalhadores em Poconé), e vai, em geral, de segunda-feira a sábado, adentrando por todo o final de semana, visto a natureza contínua das funções exercidas[6]. Além disso, há fazendas em que o trabalhador não sabe quanto ganha, pois recebe seus vencimentos quando vai para a cidade, a cada dois ou três meses, ocasião em que é feito um "acerto", e é descontado o que o peão "gastou". Com a variação desses descontos, os funcionários ali permanecem sem saber o valor do seu salário até encontrar outro emprego. Os descontos variam de fazenda a fazenda[7].

O conjunto desses aspectos levou vários trabalhadores a posicionarem suas profissões como "pesadas", como "trabalho duro, que não permite a realização de outras coisas", aliado aos baixos salários percebidos, condicionam as expectativas quanto ao emprego de seus filhos na mesma profissão. Assim, entre os que declararam o desejo de que seus filhos estudem, trabalhando e vivendo nas cidades, dessa maneira não "sendo levados" a retornar (ou migrar) para as zonas rurais, estão 59,5% dos entrevistados da Nhecolândia e 50,0% dos entrevistados de Paiaguás. Na mesma ordem, apenas 12,8% e 12,5%, respectivamente, consideram favorável o engajamento de seus descendentes nas mesmas ocupações atualmente exercidas.

3 A questão educacional no Pantanal

Condizente com esse perfil do trabalhador nas fazendas de gado do Pantanal, acompanhado do engajamento precoce na atividade laboral, com as jornadas de trabalho prolongadas e a necessidade de dedicação permanente ao seu sustento e da família, condições essas que são agravadas pela precariedade que vem acompanhando a história da educação no campo (BRASIL, 2004), são altas as taxas de analfabetismo e analfabetismo funcional entre esses trabalhadores.

De acordo com as informações coletadas:

a) na Nhecolândia, 70,4% dos trabalhadores possuem o ensino fundamental incompleto, somente 3,7% possuem o ensino fundamental de oito anos, além dos 9,3% que são analfabetos. Além disso, 38,4% dos trabalhadores possuem até três anos de estudo, ou

[6] A única exceção a esse quadro é a fazenda experimental, propriedade do governo federal, onde a jornada regulamentar dos trabalhadores é de oito horas diárias, e se prolonga na semana de acordo com as exigências próprias às pesquisas ali desenvolvidas.

[7] Segundo relatos dos trabalhadores, em propriedades pantaneiras ainda há peões jovens que trabalham como diaristas, sem carteira assinada, por anos seguidos.

seja, não completaram a primeira etapa do ensino fundamental, estando no contexto do analfabetismo funcional (9,6% têm até um ano de estudo e 28,8% possuem de um a três anos de estudo). Entre os motivos que afastaram essa população dos bancos escolares estão o trabalho (47,0%), a falta de recursos financeiros (26,5%) e a distância da escola (10,3%). Acima dessa escolarização média são encontrados apenas 16,6% dos trabalhadores.

Em relação às escolas existentes na região, uma em funcionamento em regime anual e duas outras funcionando no regime de alternância[8], 17,2% dos trabalhadores se manifestou sobre essas escolas, pois se tratavam de os profissionais que possuem família nas propriedades e nas quais foram encontrados alunos que frequentassem essas escolas. Entre aquelas que possuem crianças e jovens em idade escolar, é positiva a visão sobre as escolas em funcionamento, sendo que as avaliações negativas incidem sobre a atuação dos professores e sobre as condições físicas (infraestrutura) dos estabelecimentos.

b) no Pantanal de Paiaguás, 56,1% dos trabalhadores possuem o ensino fundamental incompleto, além dos 25,0% que são analfabetos, um índice quase três vezes maior que o da Nhecolândia (9,3%). Nas outras faixas — ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior incompleto — encontram-se 6,3% dos entrevistados, em cada uma delas.

Além disso, 43,7% dos trabalhadores possuem até três anos de estudo, ou seja, não completaram a primeira etapa do ensino fundamental, condizente com a situação de analfabetismo funcional (31,2% têm até um ano de estudo e 12,5% possuem de um a três anos de estudo). Com quatro a sete anos de estudo encontram-se 37,5% dos entrevistados, enquanto 6,3% e 12,5%, respectivamente, têm de oito a dez anos de estudo e 11 ou mais anos de estudo. Entre os motivos que afastaram essa população dos bancos escolares estão a falta de recursos financeiros (27,8%), a distância da escola

[8] Uma das escolas que funciona em regime de alternância localiza-se no município de Aquidauana, enquanto a outra localiza-se no município de Corumbá. A primeira encontrava-se fechada por ocasião da pesquisa, enquanto a segunda tinha 23 alunos matriculados no ano de 2009 (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2009). Já a terceira escola é mantida graças a uma parceria entre os proprietários da fazenda onde se localiza e o município de Rio Verde, e em 2009 era frequentada por nove alunos. Na sua maioria, contudo, as escolas no Pantanal enfrentam dificuldades para a sua manutenção, frente ao êxodo das famílias de trabalhadores para os centros urbanos. Cf. mais informações em Alves, 2009, p. 126 et seq.

(27,8%), o fato de não considerar a escolarização importante (27,8%) e a necessidade de trabalhar (16,6%). Não existe escola funcionando nessa sub-região.

Assim, a temática da educação torna-se um desafio quando tratada no contexto do campo por ser este último, de início, um *locus* social complexo. Dentre as complexidades que marcam a educação para as populações fixadas no campo está a inserção prematura do indivíduo na força de trabalho, às vezes concomitante ou mesmo antes de seu ingresso no sistema escolar (ENTREVISTAS A-V, 2006). Além disso, há a situação do jovem adulto, que se manteve, por um período curto, no espaço escolar ou que nunca esteve nele.

No Brasil, a classe trabalhadora é inserida muito cedo no mundo do trabalho, isso devido à necessidade de se ampliar os recursos de sobrevivência dessas famílias. Logo, a questão da educação fica comprometida, ao se tentar conciliar a mesma com o trabalho (ENTREVISTAS A-R, 2008; ENTREVISTAS A-V, 2006; ENTREVISTAS A-X, 2005). No campo, poucas crianças não trabalham, visto que a maioria se envolve desde cedo com afazeres domésticos e trabalhos nas fazendas. No caso do Pantanal, todos os adultos entrevistados começaram a trabalhar na infância, efetuando serviços no campo, lida com os animais e trabalhos domésticos, e esse foi seu espaço de educação para o trabalho. Assim, é comum este trabalhador dedicar-se pouco à escola, e como aluno apresentar-se como desistente e/ ou repetente:

> Estudei até a quarta série, ia pra cidade, mas aí minha família era muito pobre e eu tive que ajudar no serviço, comecei a trabalhar com sete anos, e aí fui aprendendo tudo na prática, com meu pai, sem estudo, sei fazer tudo quanto é tipo de serviço hoje em dia. (ENTREVISTA 4, 2008)

Além deste relato, pode-se observar por meio dos dados colhidos nas entrevistas realizadas que, na sub-região da Nhecolândia, a maioria dos trabalhadores das fazendas de gado de corte frequentou a escola embora não tenham completado o ensino fundamental. Todavia, na região do Paiaguás encontram-se as maiores concentrações de trabalhadores analfabetos. Esses últimos declararam que a educação da escola fez falta para ajudar nos serviços executados, para serem mais “maliciosos” nas questões financeiras, para a garantia de direitos trabalhistas etc:

> Eu nunca perguntei nada dessas coisas de carteira de trabalho porque não ia adiantar eu não sei lê nem escrever, deixava com o contador, confiava neles, né... (ENTREVISTA 2, 2008)

Em relação às famílias que ainda residem em fazendas, situação cada vez menos frequente no Pantanal, a maioria das suas crianças, reforçando o histórico familiar, estuda e trabalha em atividades domésticas e serviços no campo, ajudando seus pais. No entanto, o que vem se tornando comum é que muitos filhos de moradores residam nas cidades (Corumbá, Coxim, Poconé e outras), e permaneçam longe de seus pais para estudarem.

Como afirmado anteriormente, já na condição de trabalhadores adultos, enfrentam uma jornada de trabalho prolongada, que vai das 5 da manhã até o fim da tarde. Nas fazendas que se dedicam ao turismo rural, como na Nhecolândia, a atividade laboral se estende pelo período noturno com a focagem de jacarés. Peões se transformam em condutores e ajudantes e cozinheiras são mantidas trabalhando mais um turno para atender a todas as refeições: o café da manhã, o quebra-torto, almoço, jantar e no caso da atividade noturna, mais um lanche (ENTREVISTAS A-V, 2006; ENTREVISTAS A-X, 2005). Também nos locais mais afastados, onde há grande prevalência de trabalhadores que permanecem vários meses voltados para a lida no campo, os contatos sociais e familiares acontecem a cada visita a cidade, que normalmente ocorre num fim de semana a cada sessenta dias.

4 A guisa de conclusão

A presente pesquisa, possibilitando o levantamento de informações primárias sobre o mundo do trabalho e a educação nas sub-regiões da Nhecolândia e Paiaguás, proporcionou um maior conhecimento e compreensão das transformações e impactos que foram provocadas nas relações econômicas e principalmente sociais no Pantanal, sobretudo a partir dos anos 1990. Essas relações abrangem o universo rural e seus atores fundamentais, os trabalhadores das fazendas pantaneiras. Esses últimos, além de terem relatado como suas vidas vêm sendo transformadas, mostraram que o estudo dessas mudanças requer outras pesquisas, mesmo porque não se restringem apenas aos processos de trabalho e a questão educacional, influenciando também seu estilo de vida, seus valores, que vão sendo abandonados ou substituídos por novos formas/conteúdo de agir e pensar.

No contexto das mudanças, a Nhecolândia, nas ultimas décadas, teve suas áreas divididas entre os herdeiros dos antigos fazendeiros ou vendidas a novos proprietários. Algumas fazendas na atualidade também se dedicam ao turismo rural. No Paiaguás, mais distante e de difícil acesso, algumas propriedades passaram das mãos de antigos fazendeiros para grandes empresas e bancos de investimento. A tecnologia de produção tem se aprimorado, mas não há indicadores de incremento nos ganhos pessoais, familiares ou sociais envolvendo a força de trabalho na região, assim como continua presente a alta rotatividade dessa força de trabalho.

Assim, questiona-se: qual o papel da escolarização nesse contexto? Que lugar ocupa na vida desses trabalhadores?

Em relação à escolarização, essa foi reduzida a apenas alguns anos para a maioria dos trabalhadores, e a experiência de trabalho desde a primeira infância marcou a formação do conjunto de trabalhadores entrevistados. Além disso, o êxodo das famílias para os centros urbanos regionais e estaduais, como Corumbá e Campo Grande, provocando o despovoamento do campo, torna desnecessária a manutenção de escolas na região pantaneira, deixando a existência dessa instituição nas mãos do empresariado rural. Nesse sentido, na Nhecolândia, por exemplo, apenas algumas fazendas mantém a sua escola, normalmente conveniada com a prefeitura ou governo estadual que se responsabiliza pelo pagamento do(a) professor(a). No Paiaguás, nas propriedades pesquisadas, não há escolas. Para que um jovem estude, ele tem obrigatoriamente que ser separado dos pais, morando na cidade, com parentes ou amigos, ou em outra fazenda que tenha escola. Além da separação dos pais, é comum que se separem também os irmãos, ficando cada criança aos cuidados de um parente ou amigo. Além disso, em nenhuma das propriedades foi encontrada iniciativa voltada para especificamente para a escolarização de jovens e adultos (EJA).

Concluindo, a partir dos dados levantados, a pesquisa permite entrever alguns dos problemas e desafios a serem enfrentados em relação à situação educacional e de trabalho daqueles envolvidos nas atividades produtivas da pecuária no Pantanal. Por exemplo, entre as questões de maior destaque atualmente no Pantanal, encontra-se a discussão acerca da pecuária orgânica, vista como uma das possibilidades para se agregar valor às mercadorias ali produzidas (SANTOS, 2008). Indo nessa direção, algumas propriedades englobadas neste estudo possuem a certificação IBD/IFOAM BR

para pecuária orgânica, concedida pela Associação de Certificação Instituto Biodinâmico — IBD Certificações. É importante assinalar que entre as exigências do certificado IBD, no campo social, estão o respeito às normas internacionais, como base nos acordos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para as relações de trabalho, bem como o desenvolvimento de projetos sociais (IBD, 2009).

Note-se, dessa forma, que não fica clara a exigência, no tocante à questão social, de qualquer quesito que trate especificamente da situação educacional dos trabalhadores das fazendas de gado e suas famílias. Ao contrário, via de regra pactua-se que a existência de contrato formal de trabalho, por meio do registro em carteira, seja requisito suficiente para atender a exigência de respeito aos direitos trabalhistas. Em outras palavras, a escolarização do trabalhador e sua família não são elencados como parte de seus direitos fundamentais, nem como indicadores/descritores para se medir a sustentabilidade social na região.

Nesses termos, entende-se ainda a "naturalização" de certas condições de trabalho que persistem na região, como aquela que condiciona o trabalhador à intensificação e extensão da jornada de trabalho. Isso é condizente com o fato de que a escolarização não é condição necessária ao exercício direto de sua atividade profissional, por um lado, no contexto do trabalho manual, na lida com o gado – que é fruto de uma aprendizagem que se dá pela educação para o trabalho no desenrolar da própria atividade laboral e não com base na escolarização formal. Por outro lado, o manuseio de novas tecnologias, como a inseminação artificial ou os cuidados sanitários com o rebanho também têm sido introduzidos à margem de qualquer necessidade de escolarização, visto que são mediadas pela presença de outros profissionais, detentores do saber técnico especializado.

Permanecem como desafios, contudo, o oferecimento de educação para jovens e adultos (EJA), de acordo com as necessidades de cada sub-região (alfabetização e pós-alfabetização), sem esquecer a continuidade do oferecimento de educação básica para crianças e adolescentes residentes nas propriedades, consideradas as condições específicas de trabalho e moradia da população envolvida. Se tal necessidade não se prende às questões diretamente relacionadas ao desempenho exigido no mundo do trabalho, certamente relaciona-se às questões mais gerais de cidadania desse trabalhador e sua família. Essa última, com certeza, condição *sine qua non* para se pensar, por

exemplo, em melhores condições de trabalho para essa população – seja no tocante à questão salarial ou ao conjunto de fatores que envolvem o desempenho profissional (jornada de trabalho, lazer, condições sanitárias, entre outras).

5 Referências

ARELARO, L. R. G.; KRUPPA, S. M. Educação de jovens e adultos. In: OLIVEIRA, R. M.; ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil:** níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002. p. 89-107.

ALVES, G. L. Discursos sobre educação no campo: ou de como a teoria pode colocar um pouco de luz num campo muito obscuro. In: _____. **Educação no campo:** recortes no tempo e no espaço. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 89-158.

BARROS NETTO, J. de. **A criação empírica de bovinos no Pantanal da Nhecolândia.** São Paulo: Resenha Tributária, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. **Referências para uma política nacional de educação do campo.** 2.ed. Brasília: 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos:** VI Confitea. Brasília: 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docfinal.pdf>. Acesso em: 1 set. 2010.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRITO, S. H. A. de et al. **Avaliação da qualidade de vida da população envolvida na pecuária de corte no Pantanal.** Campo Grande: UFMS, 2009.

CORRÊA, V. B. **Fronteira Oeste.** Campo Grande: UFMS, 1999.
ENTREVISTAS A-R (depoimentos orais). Entrevistadores: Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandali; Eudes Fernando Leite. Corumbá: UFMS, 2008.

ENTREVISTAS A-V (depoimentos orais). Entrevistadores: Anamaria Santana da Silva; Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandali; Eudes Fernando Leite; Nosimar Ferreira dos Santos Rosa; Silvia Helena Andrade de Brito. Corumbá: UFMS, 2006.

ENTREVISTAS A-X (depoimentos orais). Entrevistadores: Eudes Fernando Leite; Nosimar Ferreira dos Santos Rosa; Silvia Helena Andrade de Brito. Corumbá: UFMS, 2005.

ENTREVISTAS 1-7 (depoimentos orais). Entrevistador: Anelisa de Lima Torquato. Corumbá: UFMS, 2008.

FETAGRI. **Convenção Coletiva de Trabalho 2006-2008; 2007-2008; 2008-2010.** Campo Grande: 2009. Disponível em: <www.fetagrims.org.br>. Acesso em 13 maio 2009.

IBD. **Site institucional.** Disponível em: <http://www.ibd.com.br/Info_Default.aspx?codigo=quem>. Acesso em 26 fev. 2009.

LEITE, E. F. **Marchas na história:** comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal. Brasília: Ministério da Integração Regional; Campo Grande: UFMS, 2003.

PORTAL do Agronegócio. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=12502>. Acesso em 20 maio 2009.

PROENÇA, A. C. **Pantanal:** gente, tradição, história. Campo Grande: UFMS, 1992.

SANTOS, S. A. et al. **Desafios e soluções tecnológicas para a produção sustentável de gado de corte no Pantanal.** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2008.

SILVA, J. dos S. V. da; ABDON, M. de M. Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. **Pesquisa Agropecuária Brasileira,** Brasília, v. 33, p. 1703-1711, out. 1998. Número especial.